

## PERCURSO DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPB/CAMPUS I

Fernanda Maria Sousa Martins PIBIC/UEPB;  
Fernanda Silva Andrade  
Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

*Universidade Estadual da Paraíba*  
[fernandaandrade067@gmail.com](mailto:fernandaandrade067@gmail.com)  
[nnanda\\_cg@hotmail.com@hotmail.com](mailto:nnanda_cg@hotmail.com@hotmail.com)

### RESUMO

Este texto trata da investigação acerca da trajetória de egressos do curso de Pedagogia/UEPB/*Campus I*. Tal investigação encontra justificativa não apenas por constituir-se numa pesquisa na área de formação de professores, uma área bastante explorada, mas não exaurida, dada a complexidade do tema, mas também por investigar o destino profissional de egressos do curso em tela e, ainda, por traçar um quadro das possíveis motivações que impulsionaram os sujeitos investigados a optarem pelo curso de Pedagogia na UEPB, há ainda que se considerar, as prescrições legais atribuídas à formação do pedagogo e as exigências do mercado de trabalho. Os dados são considerados úteis para a organização do referido curso. Perseguimos os objetivos seguintes: investigar o percurso profissional dos egressos do curso de Pedagogia da UEPB/*Campus I*, no período de 2006 a 2016; contextualizar o Curso de Pedagogia oferecido pela UEPB/*Campus I* nos ciclos discursivos das políticas educacionais e; Coletar e sistematizar informações atinentes à satisfação da formação didático profissional oferecida no curso de pedagogia da UEPB/*Campus I*, junto aos egressos do mesmo (2006-2016). Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Analisamos estes à luz do método do ciclo de políticas de Stephen Ball (1994; 2001; 2004) e da teoria do Discurso de Ernesto Laclau (2005), por considerar que tais autores oferecem o suporte necessário para a compreensão de políticas educacionais. Dentre os entrevistados é preponderante a atuação do pedagogo enquanto docente da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e mesmo do Ensino Superior, seja na rede pública, sob regime estatutário ou de prestação de serviço, seja como celetista na rede privada. Encontramos também egressos que desenvolvem a função educativa em outros órgãos que não a escola, tais como tribunal judiciário, empresa de assistência agrícola, secretaria de saúde e mesmo institutos de beleza. A maioria dos entrevistados disseram que o curso de pedagogia atendeu as suas expectativas em relação ao mesmo, embora apontem a distância entre teoria e prática como indicador a ser repensado. Além disso, evidencia-se a amplitude das atribuições dispensadas ao pedagogo prescritas na legislação pertinente e a tentativa do curso em alcançá-las, entretanto, permanecemos com a indagação de quão possível é a formação de um profissional com tantas atribuições num curso de graduação. Assim, faz-se necessário a continuidade de estudos, principalmente atinente às áreas possíveis de atuação pelo pedagogo.

Palavras-Chave: Percurso Profissional – Ciclo de Políticas – Satisfação

## INTRODUÇÃO

*[...] todos temos modelos – alguns são mais explícitos do que outros; todos utilizamos princípios de descrição – novamente alguns são mais explícitos do que outros; todos estabelecemos critérios que nos permitem produzir para nós próprios e para ler as descrições dos outros – novamente esses critérios podem variar na sua explicitação. Alguns dos nossos princípios podem ser quantitativos enquanto outros são qualitativos. Mas o problema é fundamentalmente o mesmo. No final de quem é a voz que fala? Eu prefiro ser tão explícito quanto possível. Assim, pelo menos, a minha voz pode ser desconstruída (Bernstein, 1996, p.129).*

Este trabalho trata da pesquisa realizada através do Programa de Iniciação à Pesquisa da UEPB intitulada **Trajetórias dos Egressos do Curso de Pedagogia da Uepb/Campus I (2006-2016)**. Entendemos que, apesar de bastante explorada, a formação de professores continua sendo uma temática merecedora de discussões constantes e cada vez mais profundas, visto que o sujeito professor figura sempre em debates quando se discute a qualidade da educação. Neste caso, a discussão faz-se necessária considerando as mudanças ocorridas nas últimas décadas no tocante às licenciaturas e, em específico, a licenciatura em Pedagogia (BRASIL, 1996; 2006; 2015).

Nestas mudanças o significante qualidade está sempre presente. É um termo bastante polissêmico e para o qual se toma como base diversos aspectos ou elementos sejam qualitativos, sejam quantitativos. No caso do Brasil, os discursos acerca da qualidade da educação estão estreitamente relacionados com a qualificação profissional dos professores (GAJARDO, 2000; BRASIL, 2001; BRASIL, 2004; ROCHA, 2012; DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS 2013) e às metas estabelecidas ainda no Encontro Mundial de Educação para Todos, bem como em acordos decorrentes do mesmo, a exemplo do Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas (1998), adotado pelos seus países membros ou mesmo de Programas de Governo, tais como Programa Novo Mais Educação (PMNE), Programa Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI).

Nesse momento em que muitos são os programas e projetos ativos cujos objetivos contribuem para a busca da qualidade educacional, a formação docente, inicial e continuada, também aparece como ponto de pauta. Do pedagogo exige-se uma performance para além do

professor, haja vista as prescrições legais e as exigências do mercado de trabalho. São inúmeras as possibilidades de atuação deste profissional.

Pelas suas atribuições, indagamos até que ponto a universidade consegue formar tal profissional frente às prescrições legais, bem como às demandas colocadas pelo mercado. Para a consecução deste trabalho partimos dos seguintes objetivos: investigar o percurso profissional dos egressos do curso de Pedagogia da UEPB/*Campus I*, no período de 2006 a 2016; contextualizar o Curso de Pedagogia oferecido pela UEPB/*Campus I* nos ciclos discursivos das políticas educacionais; coletar e sistematizar informações atinentes à satisfação da formação didático profissional oferecida no curso de pedagogia da UEPB/*Campus I*, junto a egressos do mesmo (2006-2016).

### **Discutindo o Curso de Pedagogia**

Etimologicamente a palavra Pedagogia provém da Grécia Antiga, foi concebida a partir do termo *paidagogós*: *paidos* significa criança e *gogós*, modificação do radical *gogia*, que “conduzir a criança”. No Século XVII a Pedagogia passou a significar Ciência da Educação. No Brasil, nos anos 30, do século XX, ocorreram debates acerca da criação de um curso de Pedagogia e em 1939, através do decreto-lei n. 1.190/39 (BRASIL, 1939), foi criado o Curso de Pedagogia no país.

Em 1961 foi sancionada a LDB Lei n. 4.024/61 (BRASIL, 1961), como o intuito de regularizar os sistemas de ensino do país. Anterior a aprovação desta lei, a educação era apenas referida na Constituição de 1934. Em 1962, com a regulamentação do CFE nº 292/1962, o currículo da licenciatura em Pedagogia e o estágio supervisionado são regulamentados e, passam a ter entre as disciplinas estipuladas obrigatórias, a Psicologia da Educação como também Didática e Prática de Ensino e Elementos de Administração Escolar. A disciplina de Didática e de Prática de Ensino, deu-se em forma do Estágio Supervisionado. Havia dicotomia entre Licenciatura e Bacharelado. Em 1968, é aprovada a Lei da Reforma Universitária (lei n. 5.540/68), possibilitando aos cursos de Pedagogia, propor habilitações em Inspeção Educacional, Orientação e Supervisão Escolar, Administração e Magistério, especializações importantes ao desenvolvimento nacional. Com esta lei, o curso de pedagogia se modificou, desvinculou-se da Faculdade de Filosofia e se incorporou à Faculdade de Educação, criada pela reforma (SAVIANI, ????).

Nesse momento, com a sanção da Lei da Reforma Universitária, é possível dizer que esta concedeu à “autonomia” à Pedagogia, visto que a Faculdade de Educação passa a ter a

incumbência da formação pedagógica das demais licenciaturas e, também, do curso de pedagogia. Em 1969, com a aprovação do parecer CFE 252/69 (BRASIL, 1969) junto da resolução CFE n. 2/ 1969, que instituiu um currículo mínimo e uma outra duração para o curso, este foi dividido em habilitações técnicas. Seu propósito era formar especialistas. Os egressos eram orientados aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração e orientação educacional. Ainda que oferecendo apenas estas habilitações, o curso de graduação em Pedagogia conferia o grau de licenciado e, sob esse termo, era permitido o magistério nos primeiros anos de escolarização.

Após 10 anos, é aprovada a lei Nº 5.692/72 (BRASIL, 1972). Surge aí a possibilidade de formação docente para o segundo grau de nível superior. A formação do magistério foi repensada, uma vez que surgia uma nova definição para o curso de Pedagogia, em relação à preparação para as primeiras séries do primeiro grau. Visava-se à profissionalização do ensino secundário.

Nos anos 1980 educadores criaram a Comissão Nacional de Reformulação de Cursos de Formação de Educadores a CONARCFE, mais tarde transformada na ANFOPE (Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação). O parecer CFE 161/86, segundo Castro (S/D, p.3), resguardava uma reformulação do curso de Pedagogia, permitindo-lhe formar os técnicos em educação, como também disponibilizar a habilitação para a docência de primeira à quarta série, anteriormente oferecida pelo Magistério em nível secundário.

A ANFOPE defendia então a formação de um pedagogo generalista, não técnico. Um pedagogo que tivesse uma sólida base teórica que o capacitasse ao exercício tanto docente quanto técnico, haja vista, que a docência seria condição *sine qua non* da formação deste profissional. É também na década de 1980, ímpar pelo levante de movimentos sociais, que os técnicos em educação são aliados das escolas sob a prerrogativa de que sectarizavam o trabalho pedagógico na instituição escolar e seus profissionais, ao invés de trabalharem sob a égide da coletividade, da cooperação.

Em 1996, é aprovada a lei 9394/96 que prescreve que

[...]A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. .  
(BRASIL, 1996 art. 62)

As habilitações ainda eram admitidas na formação do pedagogo. Neste caso, o curso de pedagogia formava o profissional para os anos iniciais do Ensino Fundamental e o estudante elegia uma habilitação. Na UEPB, esta poderia ser: Educação Infantil, Orientação Escolar ou

Supervisão Educacional. Em 2006, são sancionadas novas diretrizes para este curso e, segundo estas,

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

As atribuições do licenciado em pedagogia, portanto, excedem a sala de aula. São 16 ações atribuídas a este profissional:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender, cuidar e educar de crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes

curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Em 2009 a UEPB adequou os cursos de pedagogia ofertados pela instituição à resolução pertinente e a nossa indagação é da possibilidade de uma universidade formar um profissional apto a desempenhar tais atribuições num curso de graduação. Entretanto, não discordamos da proposta da ANFOPE, qual seja, formar o pedagogo a partir uma Base Comum Nacional “como princípio norteador da formação dos profissionais da educação, sendo concebida ‘não como currículo mínimo’, e sim como uma concepção básica de formação que orienta a definição de conhecimentos fundamentais para o trabalho pedagógico, da articulação da teoria e prática, e das relações entre educação e sociedade” (ANFOPE, 2000:27).

Observamos a sucessão de políticas no intuito de formar o pedagogo a partir de uma base teórica sólida. Tal percurso denota como esta política não pode ser considerada de forma isolada, mas na arena geral da política social. Visto que, ao negligenciar a temporalidade, o contexto histórico, incorremos no risco de conferir-lhe um caráter de instantaneidade, potência, definição e decisão das práticas cotidianas. Para Ball (2006, p. 21) tal tipo de análise despreza o sentido de “continuidades significantes”.

Nas Leis nº 4.024/6 (BRASIL, 1961) e 5.692/71 (BRASIL, 1971) já era possível perceber discursos de recomendação quanto à qualificação necessária aos professores para ensinar nas primeiras séries do ensino primário. Consideramos que os textos de tais leis ressaltavam o caráter precário da recomendação, uma vez que os discursos presentes nesses dois textos previam a carência de professores legalmente habilitados e previam estratégias nesse sentido, prescrevendo que, quando a oferta de professores habilitados não fosse suficiente para atender às demandas do ensino, seria permitido que lecionassem no 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério, que à época deveria formar professores polivalentes para as 4 primeiras séries do referido grau, por exemplo (ROCHA, 2012).

O discurso político, pois, apresenta-se continuamente tentando esgotar as possíveis dificuldades a serem encontradas na sua implementação, no contexto da prática, nas áreas urbanas e rurais, nos lugares mais recônditos do país, em que certamente a carência de professores habilitados se faria acentuada. Cria e recria condições precárias de formação docente e de assistência aos/as estudantes.

Entretanto, mesmo compreendendo que uma análise que pretenda investigar qualidade na educação implica considerar múltiplas dimensões dada à complexidade desse fenômeno, ou seja, dimensões culturais, econômicas, políticas e sociais, a formação de professores aparece

como pauta de discussão sempre que a qualidade da educação é questionada, indagada, posta a revisão ou reforma.

Frente ao exposto, acreditamos ser possível discutir os efeitos da política de formação do pedagogo possivelmente perceptíveis dado o tempo decorrido desde 2006. Pois, mesmo considerando que haja outros fatores que interferem na qualidade da educação, é de se esperar que com a formação devida, o professor possa desenvolver práticas pedagógicas que promovam uma melhor qualidade no ensino ou mesmo numa outra ação educativa não formal. Para tanto, ancoramo-nos no método do ciclo de políticas de Stephen Ball (1994;2006) e na teoria do discurso de Ernesto Laclau (2005) para tal discussão.

### **O Curso de Pedagogia da UEPB**

Dentre as várias universidades públicas do Brasil que oferecem o curso de Pedagogia, optamos por trabalhar com a UEPB, especificamente com alunos egressos desta instituição, uma vez que é nesta de desenvolvemos nossos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão e, compreendemos que tal pesquisa auxilia o próprio curso a repensar-se, principalmente se considerarmos as crescentes demandas da sociedade.

Em relação ao campo de atuação profissional, de acordo com o PPP do Curso de Pedagogia da UEPB (2009, p. 17) o Pedagogo está apto a trabalhar nos seguintes campos:

[...] o/a Pedagogo/a poderá atuar como:

- Professor/a de instituições de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Gestor/a de sistemas de ensino e de instituições educacionais;
- Educador/a social em organizações não-governamentais, movimentos sociais e instituições assistenciais.

Como a formação é geral, não há mais habilitações. Todos os ingressos que concluem o curso estão aptos a desenvolver todas as funções acima expostas. De acordo com Libâneo (2002, p.68), “o pedagogo é aquele profissional apto a exercer funções em variadas instâncias da prática educativa, considerando os objetivos da formação humana que são definidos historicamente”. Sendo assim, entendemos que esta formação carece de formação continuada, seja clássica (através de pós-graduação), seja aquela oferecida por meio de palestras, seminários, workshops, etc, seja a obtida no desenvolvimento do próprio trabalho, neste caso, a escola ou espaços de educação não-formal.

Quanto à composição e à organização curricular do Curso de

Pedagogia em apreço, este era dividido em três eixos: Básica que corresponde a 2.460 h/a (80,4%), Complementares 420 h/a (13,7%) e Eletivas 180 h/a 5,9%, totalizando 3.060 h/a, em conformidade a Resolução/UEPB/CONSEPE/13/2005, que correspondem ao Núcleo de Formação, estabelecidos pela Resolução CNE/CP n 1 de 2006.

O Núcleo de Estudos Básicos foi dividido em Educação e Sociedade e Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Do eixo Educação e Sociedade fazem parte os componentes curriculares:

- Antropologia da Educação (60 h/a); Biologia e Educação (60 h/a); Diversidade, Inclusão Social e Educação (60 h/a); Epistemologia da Educação (30 h/a); Ética e Educação (30 h/a); Filosofia da Educação I (60 h/a); Filosofia da Educação II (30 h/a); História da Educação I (60 h/a); História da Educação II (60 h/a); Psicologia da Educação (60 h/a); Sociologia da Educação I (60 h/a); Sociologia da Educação II (30 h/a); Trabalho Acadêmico Orientado (30 h/a).

Os componentes Curriculares que fazem parte do eixo Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental são:

- Concepção e Metodologia da alfabetização (90 h/a); Conteúdo e Metodologia do Ensino da Arte (90 h/a); Conteúdo e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais (90 h/a); Conteúdo e Metodologia do Ensino de Geografia (90 h/a); Conteúdo e Metodologia do Ensino de História (90 h/a); Conteúdo e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (90 h/a); Conteúdo e Metodologia do Ensino de Matemática (90 h/a); Currículo (90 h/a); Didática (90 h/a); Educação de Jovens e Adultos (60 h/a); Educação Especial I (60 h/a); Educação Especial II (60 h/a); Educação Infantil I (60 h/a); Educação, Meio Ambiente e Escolarização (30 h/a); Estagio Supervisionado I (Gestão Educacional observação) (30 h/a); Estagio Supervisionado II (Gestão Educacional atuação) (60 h/a); Estagio Supervisionado III (Educação Infantil observação) (30 h/a); Estagio Supervisionado IV (Educação Infantil atuação) (60 h/a); Estagio Supervisionado V (Anos Iniciais do Ensino Fundamental observação) (60 h/a); Estagio Supervisionado VI (Anos Iniciais do Ensino Fundamental atuação) (60 h/a); Leitura e Elaboração de Texto- LET (60 h/a); Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS (30 h/a); Literatura Infante Juvenil e Escolarização (30 h/a); Psicolinguística (60 h/a); Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem I (60 h/a); Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem II (60 h/a); Psicomotricidade (60 h/a); Psicopedagogia (60 h/a).

Os demais componentes destinam-se ao aprofundamento de estudos relacionados à Organização e à Gestão do Trabalho Pedagógico:

- Educação e Tecnologias (60 h/a); Educação e Trabalho (60 h/a); Metodologia Científica (60 h/a); Pesquisa em Educação (60 h/a); Planejamento e Avaliação Educacional I (60 h/a); Planejamento e Avaliação Educacional II (30 h/a); Política e Gestão Educacional I (60 h/a); Política e Gestão Educacional II (30 h/a).

As Atividades Eletivas correspondem a um total de 240 horas-aula, e fazem parte do



Núcleo de Estudos Integradores:

- Estágio Curricular Eletivo (até 60 h/a); Oficinas e Mini Cursos (até 60 h/a); Monitoria (até 60 h/a); Projetos e Programas de Pesquisa (até 60 h/a); Projetos e Programas de Extensão (até 60 h/a); Eventos Diversos em Educação e Áreas Afins (até 60 h/a); Grupos de Estudos (PROFA e PCN) (até 60 h/a).

Os componentes curriculares eletivos são:

- Informática e educação (30 h/a); Educação a Distância (30 h/a); Softwares Educativos e Aprendizagem (30 h/a); A Infância e suas Múltiplas Linguagens (30 h/a); Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança (30 h/a); A Prática Pedagógica na Educação Infantil (30 h/a); Políticas Públicas no Contexto da Educação Infantil (30 h/a); Seminário em Políticas Públicas e Práticas Educativas (30 h/a); Pesquisa em Políticas Públicas e Práticas Educativas (30 h/a); Educação do Campo (30 h/a); Projeto Político Pedagógico (30 h/a); Planejamento e Avaliação da Aprendizagem (30 h/a); Identidade e Saberes Docentes (30 h/a); Contação de Histórias (30 h/a); Movimentos Sociais e Educação (30 h/a); Educação e Etnicidade Afro-brasileira (30 h/a); Gêneros e Direitos Humanos (30 h/a); Fundamentos Metodológicos da Educação Especial I (30 h/a); Fundamentos Metodológicos da Educação Especial II (30 h/a); Fundamentos Metodológicos da Educação Especial III (30 h/a); Fundamentos Metodológicos da Educação Especial IV (30 h/a).

O curso se propõe a fazer uma formação ampla, pois visa a integração entre ensino, pesquisa e extensão, tendo uma preocupação em assegurar, nesse sentido, a qualidade do ensino, dando importância às competências adquiridas ao longo do curso, como por exemplo, a excelência da formação do professor. Aqui, o fundamental é saber se o profissional formado é aceito no mercado de trabalho e, se aceito, atende as demandas desse, tais critérios ajudam a definir e delinear o perfil do pedagogo, sendo esse apto a atender também as exigências sociais.

### **A fala de egressos do Curso de Pedagogia da UEPB**

No desenvolvimento da pesquisa lançamos mãos dos princípios metodológicos da pesquisa qualitativa por esta ter o ambiente natural como fonte direta dos dados a serem coletados de forma acurada; o processo nesse caso é o que dá o tônus do trabalho a ser desenvolvido. Também é de suma importância a significação que as “coisas” têm para os agentes sociais e para a vida dos mesmos; a maneira como os informantes lidam com o cotidiano que se lhes descortina.

Por tratar-se de uma pesquisa acerca de um curso de formação de professores, trata-se, portanto de uma política educacional, assim não se recomenda uma investigação orientada apenas por análises quantitativas, uma vez que estarão em evidência os discursos presentes tanto nos textos escritos, quanto falados e ainda nas práticas desenvolvidas no cotidiano escolar.

Em virtude do objeto pesquisado, entendemos que a teoria do discurso de Ernesto Laclau se adequa à pesquisa, bem como o método do ciclo de políticas de Stephen Ball, por permitir uma análise não centrada no Estado e/ou no mercado. Essa pesquisa é entendida como um estudo de caso por tomarmos como objeto de estudo a trajetória de egressos da UEPB/*Campus I*.

Trabalhamos na identificação de egressos do curso de pedagogia da UEPB a fim de investigar o seu percurso profissional. A coleta de dados a campo teve como instrumento de pesquisa roteiro de entrevista semi-estruturada relativo à escolha e à expectativa quanto ao curso de pedagogia, à trajetória profissional, à apreensão das teorias e o uso destas na profissão docente, bem como às contribuições do curso na constituição destes enquanto pessoas e profissionais.

Foram entrevistados 30 egressos do curso de Pedagogia, 28 mulheres e 2 homens<sup>1</sup>. Todos os entrevistados concluíram o curso entre 2006 e 2016. Destes, 5 pessoas concluíram em 2007; 9 em 2011; 8 em 2012; 6 em 2013 e 2 em 2016. 20 dos egressos são casados; 9 são solteiros e 1 é divorciado. 5 pessoas desenvolvem suas atividades profissionais no setor privado; 23 na rede pública e 2 não declararam.

A maioria dos entrevistados atua na área de educação, especialmente no magistério: 7 são professores da Educação Infantil, 15 dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – sendo 2 atuando na gestão escolar; 3 no ensino superior; 1 no tribunal judiciário; 1 numa empresa de cosméticos; 1 numa instituição pública de extensão rural; 1 numa secretaria municipal de saúde; 1 numa instituição financeira pública. Dentre todos os entrevistados, apenas 1 pessoa atua numa área que não educação. Todos os demais desenvolvem atividades relacionadas a esta área.

Com o intuito de preservar as identidades dos entrevistados, utilizaremos códigos para identifica-los. Como as respostas se aproximam umas das outras, traremos as falas de alguns entrevistados.

Quando indagados sobre o porquê da escolha pelo curso de pedagogia, obtivemos as seguintes respostas:

- P1- Era o que aparecia na nossa região.
- P2- Porque desde pequena já tinha vontade de ser professora.
- P5- Para melhorar os conhecimentos e adquirir experiência como professora.
- P8- No início pretendia ingressar neste curso para ter um maior contato com educação especial, principalmente surdos. Com o decorrer, fui me apropriando e cada vez mais gostava do curso.
- P10 – Conveniência e curiosidade sobre a área.
- P13 – Era a área. Tinha afinidade e abria boas possibilidades no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Apesar de a maioria ser de mulheres, resolvemos adotar uma linguagem não sexista.

P15 – Foi por ter a certeza que a educação transforma vidas.

P 16 – Por que na época já estava envolvida no trabalho de educação com crianças e me identifiquei com a profissão.

P 25 – Foi a baixa concorrência na época.

A partir das respostas obtidas podemos inferir que, contrariamente ao que se espera, a maioria das respostas dizem de motivações encontradas na própria área, seja a curiosidade em conhecer mais e melhor a educação, seja para satisfazer sonhos de criança. Mas não podemos deixar de perceber as motivações relacionadas à baixa concorrência ou mesmo por este ser a opção possível, como no caso de P1.

Já quando questionados acerca da satisfação para o curso, obtivemos as seguintes respostas:

P10 – Em partes sim.

P23 – Não, porque as disciplinas são muito teóricas. Vemos muito pouco da prática.

P13 – Não, porque muitas teorias vêm e são pouca prática diante do que se espera. Penso que existe uma grande distância entre a formação e a prática.

P15 – Não, e acho que nenhum curso superior atende totalmente.

P25 – Sim, porque além de conter em sua grade curricular disciplinas que ajudam na prática do cotidiano profissional, a universidade desempenha bem a sua função social.

P28 – Sim, porque aprendi a compreender melhor o processo ensino e aprendizagem e as dificuldades do mesmo.

P 5- Sim porque hoje me sinto adequada e preparada para exercer minha profissão.

A satisfação em relação ao curso é variável. 15 egressos disseram que o não atendeu as expectativas iniciais. 7 disseram que o curso atendeu parcialmente e 8 afirmaram ter suas expectativas atendidas. As maiores reclamações versam sobre o distanciamento entre a teoria estudada e a prática, principalmente no tocante à sala de aula. Para aqueles que desenvolvem suas ações fora da escola, a formação continuada, especificamente na área em que atuam é uma necessidade, mas os mesmos dizem da importância do que estudaram em pedagogia.

Faz-se necessário compreender que a significação quanto às expectativas, se atendidas ou não, é bastante cambiante, considerando que são sujeitos diferentes e conhecimentos de mundo também diferentes, e é partir destes que as leituras são realizadas.

Já me relação à satisfação com a profissão, 15 entrevistados se disseram satisfeitos, apesar do pouco reconhecimento social que a sociedade dispensa ao pedagogo, além de dizerem também das dificuldades encontradas na área educacional, como os baixos salários, por exemplo. P13 diz que “embora haja o discurso de que é gratificante trabalhar com crianças – e isso é muito verdade – há uma série de fatores que lhe colocam para baixo, não é apenas a remuneração”. Estes fatores foram elencados nas entrevistas analisadas: condições precárias de trabalho; não valorização do trabalho por parte dos pais e dos próprios professores, colegas de

profissão; dupla jornada de trabalho; dificuldade na relação interpessoal no trabalho; indisciplina e, por vezes, violência escolar, entre outros.

Quando perguntamos sobre fazer a relação entre as teorias estudadas na universidade e o trabalho na escola ou em outro espaço educativo, ouvimos o seguinte:

P2 – Sim, com as novas formas de educar, melhorando o aprendizado.

P 25 – Consigo colocando em prática no planejamento, metodologias e especialmente na forma de se enxergar o outro e a realidade que interfere na sua educação.

P 18 – Nem sempre a teoria e a prática andam juntas.

P 10 – Pouquíssimo, até porque aprendemos muito mais quando estamos na sala. Depois de entrar na sala foi necessário rever vários estudos dentro da necessidade do espaço que estou.

P 13- Com certeza. Na Educação Infantil visamos muito do desenvolvimento integral da criança, assim fica impossível não perceber Vygotsky em cada ação social da criança. Montessori, no desenvolvimento da criança durante as brincadeiras,

P16 – É possível, mas muito difícil. Muitas vezes somos obrigados a exercer algumas práticas já abolidas ou não bem vistas, mas que podem dar bons resultados.

P- 8 – Em alguns momentos sim. Mas é preciso mesclar as teorias para alcançar os objetivos.

P24 – Sim, mas o mais importante é ter o contato com o real, a prática para depois ver em sala, isso é bastante significativo.

P 5 – Sim, em alguns momentos as teorias têm a ver, mas na maioria das vezes não, mesmo porque as o ensino tradicional nos ajuda muito.

Aqui percebemos novamente quão cambiante é a percepção da leitura da prática educativa por meio da teoria, seja esta formal ou não formal. Todavia, perspectiva-se que o pedagogo consiga fazer a leitura do seu espaço de trabalho à luz das teorias estudadas na academia e acredita-se trabalhar nesse intuito. No curso em apreço os componentes curriculares eram anuais, assim, os estágios duravam o ano letivo. O aluno tinha a oportunidade de ir à escola, espaço mister de estágio nas licenciaturas, e desenvolver projetos, aulas, sequencias didáticas, entre outras atividades sob a supervisão de um professor, tomando como base os saberes apreendidos até aquele momento.

A partir do ciclo de políticas é possível inferir que tais leituras podem ser descritas como sendo efeitos de primeira ordem (BALL, 1994), perceptíveis a médio e longo prazo. Para tanto, basta que observemos o empenho de esforços para a erradicação do analfabetismo e da melhoria da qualidade da educação. Os resultados alcançados estão distantes das metas indicadas. O resultado é sempre parcial e ainda é por muitos estudiosos posto sob suspeição, dado os escores educacionais.

Já no tocante aos efeitos de segunda ordem, estes podem ser facilmente percebidos, visto que a mudança está diretamente relacionada às oportunidades sociais e mudanças de vida dos envolvidos. Neste caso, 19 pessoas entrevistadas são efetivas no serviço público, incluindo dentre estes um analista judiciário e um extencionista rural, ambos na função de pedagogo.

Para P 5, o curso contribuiu “em todos os aspectos profissionais como professora. Foi o curso que me permitiu ser uma educadora responsável”. Já para P 16, “posso afirmar que me abriu os olhos para o que realmente significa a educação e me fez avaliar bastante meu papel como cidadã e educadora, o quão delicado e importante é minha atuação em sala. Posso contribuir ou dificultar o crescimento de alguém”.

É interessante observar que mesmo não gostando do curso que fizeram ou da profissão consequente, todos os entrevistados falam das contribuições do mesmo para a constituição de suas vidas, tanto pessoal quanto profissional. É o que podemos observar nas respostas a seguir:

P 8- Sim, em vários aspectos profissionais disante do conhecimento compartilhado e quanto pessoa, para ser melhor, analisar aquém e colocar-se no lugar do outro.

P1 – Sim, em nosso crescimento profissional, em novas experiências como pessoa e profissional no nosso dia a dia em sala de aula.

P13 – As relações que foram possibilitadas na UEPB, no curso, abriu horizontes que me prepararam e me tornaram uma pessoa bem mais íntegra, comprometida com a educação e a vida, tanto na área profissional quanto pessoal.

P10 – Contribuiu porque é necessário passarmos por uma universidade. O curso me ajudou com relação a pesquisas, apresentações, escrita, publicação e na prática.

P 15- O curso me tornou mais profissional na medida em que me proporcionou conhecimentos éticos e científicos sobre a área de educação.

P 25- Sim, claro, ajudou a me conhecer melhor, entender minhas dificuldades e a superar muitas barreiras. Como profissional me ajudou a enxergar a pedagogia com outro olhar, que não fosse apenas através de números, ir além das paredes e delas visualizar o sujeito de forma humanizada.

P 30- Sim, o curso me forneceu muitos dos conhecimentos que tenho hoje, inclusive o meu emprego foi graças ao que aprendi lá.

P21 – Sim, me possibilitou conhecer a sociedade e sua formação tanto econômica quanto educacionalmente, e ainda a saber lidar com as pessoas no meu trabalho.

Nestas falas podem ser considerados efeitos de segunda ordem ou seja, aqueles percebidos nas mudanças do padrão de vida das pessoas, tais como acesso a bens sociais, pode-se dizer também que bens culturais e econômicos, oportunidades e justiça social. Efeitos que podem ser percebidos a curto prazo (BALL, 1994).

A partir do exposto nos discursos dos egressos do curso de Pedagogia da UEPB, *Campus I*, podemos dizer que os efeitos de segunda ordem são facilmente perceptíveis, pois não apenas estes sentem os efeitos, mudanças em decorrência da conclusão do curso de Pedagogia, mas também as suas famílias e o público a que atendem, sejam alunos, produtores rurais, crianças e adolescentes em situação de risco, alunos de cursos de beleza/cosméticos. Tais mudanças se expressam no vocabulário, na organização das aulas, no cotidiano da sala de aula, na gestão da escola, no trato com o público alvo de sua ação. Entretanto, como dissemos anteriormente, perceber efeitos de primeira ordem, expresso na estrutura dos sistemas de ensino, nesse caso, seria a aprendizagem, por exemplo, expressa na promoção dos alunos por anos letivos. Se

acompanharmos os escores de avaliação interna ou externa de escolas públicas, percebemos que temos muito ainda a avançar na tão propalada qualidade na educação. Uma vez que por se tratar de um curso de pedagogia, de formação de professores, os efeitos de primeira ordem poderiam ser observados de forma mais imediata, ou evidente, tanto nos escores educacionais como na aprendizagem observada mesmo em sala de aula.

Há ainda que considerarmos que os efeitos de segundo ordem, dado a dimensão de mudança estrutural, significa que, se alcançados de forma exitosa, teríamos, a partir dos vários programas implementados o alcance de algumas metas previstas para a educação. Todavia, o prescrito em programas e políticas educacionais não obrigatoriamente se consolidam, posto que estão suscetíveis a interpretações múltiplas e variadas, conforme aqueles que os acessam.

### **À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a complexidade dos critérios envolvidos na análise da qualidade na educação e a formação de professores, entendemos que tal discussão carece ainda de bastante atenção por parte de estudiosos da área. Desde o início do século XX foram criados cursos de formação de professores em nível superior para atender a demanda social por uma educação de qualidade. Em fins desse mesmo século o curso de pedagogia passa por reformulações na busca de um profissional de atribuições bastante amplas, que excedem em muito a sala de aula, o magistério e até mesmo o trabalho escolar. Vimos que, segundo os egressos, nem sempre o curso atende as expectativas geradas, apesar de estes reconhecerem a importância e as contribuições nas suas vidas. Contribuições na constituição destes enquanto sujeitos, mas também enquanto profissionais. Contribuições percebidas principalmente no desenvolvimento de atividades profissionais.

Efeitos de primeira ordem, entretanto, não foram buscados e nem constavam dos objetivos da pesquisa, uma vez que estes devem ser percebidos na mudança estrutural da educação. E, é inegável a mudança pela qual a educação vem passando nas últimas três décadas, em específico, entretanto, ainda temos escores não satisfatórios e, portanto, distantes do que se pretende como uma educação de qualidade.

Conseguimos entrevistar 30 egressos, sendo assim, entendemos que esta pesquisa carece de continuidade para o alcance de uma amostra maior na intenção de termos resultados que envolvam um maior contingente de pessoas.

Chama atenção também que dentre os entrevistados a maioria diz ter optado pelo curso de pedagogia por intencionarem a aprendizagem na área, ou por já estar desenvolvendo a função ou ainda para satisfazer um sonho de criança. Isso destoa daquilo que

geralmente ouvimos no tocante às licenciaturas, ou seja, que a escolha pelo curso de dá por falta de opção ou por causa da baixa concorrência, apesar de também termos estas respostas.

Diante do que estudamos e a partir dos dados que conseguimos levantar, continuamos a nos indagar se a formação oferecida pelos cursos de pedagogia são capazes de formar o profissional preconizado pela legislação que regulamente esta licenciatura, dada a sua amplitude de atribuições.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Post-structuralism, ethnography and the critical analysis of education reform. In: \_\_\_\_\_. **Education Reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham. Philadelphia: Open University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, ju./dez. 2006. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org). Acesso em 10/01/2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61**. Brasília: MEC/CNE, 1961.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71**. Brasília: MEC/CNE, 1971.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília: MEC/CNE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica**. Disponível em: [www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor](http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor). Acesso em 10/02/2016.

DOURADO, Luiz Fernando (Coord); OLIVEIRA, Joao Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Tradução. Soledad Laclau. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A. 2005.

ROCHA, Vagda G. G. **Contextos, sentidos e significações na produção de políticas públicas para formação de professores (as)**. 2012. 188p. (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.